

Questões colocadas pelos Vereadores do PCP ao Executivo durante o Período Antes da Ordem do Dia da Reunião de Câmara Privada no passado dia 24 de Novembro de 2016

Os Vereadores do PCP apresentaram dois Requerimentos:

- Primeiro, relativo à construção de um restaurante no Estádio Universitário numa nova localização que implicará a demolição de parte do muro que delimita o Estádio e o abate de árvores (*Consultar documento no canto inferior direito desta página*).

Em resposta, o Vereador Manuel Salgado esclareceu que havia a pretensão da UL de licenciar um restaurante, mas o espaço para a implementação inviabilizava a construção de uma rotunda no cruzamento entre a Av. Lusíada e a Av. Dos Combatentes, que era uma imposição das Estradas de Portugal para abrir uma saída no Eixo NS no sentido sul norte para a Av. Lusíada, inexistente à data e que não se sabe quando será concretizada, mas que necessita de ser salvaguardada. Pelo que a UL apresentou uma nova pretensão que prevê o abate e transplantação de algumas árvores do Estádio Universitário, mas que está salvaguardada por um plano de replantação da UL e da CML.

- Segundo, relativo à falta de pessoal auxiliar de acção educativa na Escola EB 1 Leão de Arroios (*Consultar documentos no canto inferior direito desta página*).

Em resposta, a Vereadora Catarina Albergaria informou que conhece o problema mas a responsabilidade neste caso é do Ministério da Educação.

De seguida, os Vereadores do PCP manifestaram a sua posição relativamente à municipalização da Carris. Embora as propostas anunciadas mereçam a concordância do PCP, estas poderiam ser implementadas de imediato pelo Governo, sem que fosse necessária a municipalização. Lembraram que a responsabilidade pela situação financeira da Carris não é só do PSD/CDS mas também do PS, nomeadamente no que diz respeito às SWAP.

Referiram que este processo não foi conduzido da melhor forma uma vez que o acordo celebrado com o Governo não foi previamente apresentado aos órgãos do município para ser amplamente discutido. Afirmaram ainda que esta solução poderá trazer desigualdade nos tarifários para os utentes residentes nos municípios vizinhos.